



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GAB. DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

DECISÃO MONOCRÁTICA

REMESSA NECESSÁRIA Nº 0003045-90.2013.815.0251

RELATOR : Desembargador LEANDRO DOS SANTOS
PROMOVENTE : Maria Aparecida Costa do Nascimento
ADVOGADO : José Mattheson Nóbrega de Sousa
PROMOVIDO : Município de Passagem
ADVOGADO : Heber Tiburtino Leite e outro
ORIGEM : Juízo de Direito da 4ª Vara da Comarca de Patos
JUIZ : Rossini Amorim Bastos

REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. RETENÇÃO DE SALÁRIO DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2012. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. RETENÇÃO DE VERBAS PELA EDILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. NEGADO SEGUIMENTO À REMESSA.

- É direito líquido e certo de todo servidor público, ativo ou inativo, perceber seus proventos pelo exercício do cargo desempenhado, nos termos dos artigos 7º, X, e 39, § 3º, da Carta Magna, considerando ato abusivo e ilegal qualquer tipo de retenção injustificada.

- A Administração Pública tem o dever de pagar pelos serviços prestados pelo servidor, porque restou comprovada a relação laboral entre as partes.

Vistos, etc.

RELATÓRIO

Trata-se de Remessa Necessária enviada pelo Juízo da 4ª Vara da Comarca de Patos que, nos autos da Ação Ordinária de Cobrança proposta por **Maria Aparecida Costa do Nascimento** em face do Município de Passagem, julgou procedente a pretensão da Promovente, condenando o Promovido ao pagamento do vencimento da servidora relativo ao mês de dezembro de 2012, devidamente acrescido de juros de mora de 0,5% ao mês, e correção monetária pelo INPC (fls. 15/17).

Não houve recurso voluntário, porém, os autos subiram a este Tribunal por força do disposto no art. 475, inciso "I", do Código de Processo Civil.

Instada a se pronunciar, a Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pelo prosseguimento do feito sem manifestação de mérito (fls. 38/40).

É o relatório.

DECIDO

É direito líquido e certo de todo servidor público, ativo ou inativo, perceber seus proventos pelo exercício do cargo desempenhado, nos termos dos artigos 7º, X, e 39, § 3º, da Carta Magna, considerando ato abusivo e ilegal qualquer tipo de retenção injustificada.

Salários são retribuições pagas aos empregados pelos trabalhos prestados. Constituem, portanto, verba de natureza alimentar, indispensável à sobrevivência de quem os aufere. Daí porque, impõe-se o pagamento em dia determinado, possibilitando sua utilização nos moldes do art. 7º, IV, da Constituição Federal (moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social).

Dessa forma, o Município que, arbitrariamente, deixa de pagar os salários dos seus servidores é obrigado a fazê-lo, evitando prejuízos irreparáveis àqueles, por se tratar de verba de natureza alimentar.

Ressalte-se que caberia ao Município comprovar que efetuou o pagamento correto e integralmente, pois, ao reverso, subtende-se que não o efetuou na forma devida.

Neste diapasão, não havendo a Edilidade apresentado, ao longo do processo, qualquer comprovante de quitação do salário do mês de

dezembro de 2012 ou da inexigibilidade da verba discutida nos autos, considero que a condição da Promovente ressoa inconteste.

Sendo assim, em casos como o dos autos, o ônus da prova, quanto ao direito a eventual pagamento dos vencimentos, é do Município Promovido, por constituir fato extintivo do direito da autora, conforme previsão expressa do art. 333, II, do Código de Processo Civil.

A respeito do tema, é importante ressaltar os julgados deste Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE SOUSA - RETENÇÃO DE SALÁRIOS - PRELIMINAR - CERCEAMENTO DE DEFESA - SOLICITAÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS AO BANCO CONVENIADO - IRRELEVÂNCIA - REJEIÇÃO - MÉRITO - PROVA DE FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS E EXTINTIVOS DO DIREITO DO AUTOR - **ÔNUS DA EDILIDADE - ART. 333, II, DO CPC** - INEXISTÊNCIA - SEGUIMENTO NEGADO - INTELIGÊNCIA DO ART. 557, CAPUT, CPC. Levando-se em conta ser o magistrado o destinatário da prova e reconhecida a dispensabilidade da dilação probatória para o deslinde do feito, com anuência do próprio apelante para o julgamento antecipado da lide, não há que se falar em cerceamento de defesa. **Ao Município cumpre o ônus de demonstrar a realização do pagamento pleiteado, nos termos do artigo 333, II, do CPC. Se não provou o pagamento, deve efetuar-lo, sob pena de ocorrência de enriquecimento ilícito do ente público em detrimento do particular, vedado pelo ordenamento jurídico.** TJPB - Acórdão do processo nº 00060496620138150371 - Órgão (- Não possui -) - Relator DES. JOSE AURELIO DA CRUZ - j. Em 18-08-2014

APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO AO VENCIMENTO, DÉCIMO TERCEIRO, FÉRIAS E RESPECTIVO TERÇO CONSTITUCIONAL. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DESTA SODALIDADE. **AUSÊNCIA DE**

COMPROVAÇÃO DO ADIMPLEMENTO, POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. ÔNUS QUE LHE INCUMBIA. ART. 333, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. JUROS DE MORA APLICADO PELO ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO DA CADERNETA DE POUPANÇA E CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IPCA. NOVO ENTENDIMENTO DO STJ. REFORMA DA SENTENÇA QUANTO AO PONTO. ART. 557, CAPUT E §1º-A, DO CPC. NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO APELO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO OFICIAL. É direito de todo servidor público perceber seu salário pelo exercício do cargo desempenhado, nos termos do artigo 7º, X, da Carta Magna, considerando ato abusivo e ilegal qualquer tipo de retenção injustificada. **Levando-se em conta que a alegação de pagamento de verbas trabalhistas representa fato extintivo de direito, compete ao empregador produzir provas capazes de elidir a presunção de veracidade existente em favor dos servidores, que buscam o recebimento das verbas salariais não pagas. Inteligência do art. 333, II, do Código de Processo Civil. Não logrando êxito, a municipalidade, em comprovar a sua adimplência, é de se considerar devido o pagamento da verba salarial a que faz jus o servidor. Precedentes desta Corte de Justiça. [...] TJPB - Acórdão do processo nº 00003966420138150151 - Órgão (- Não possui -) - Relator DES JOSE RICARDO PORTO - j. em 15-08-2014**

Corroborando tal entendimento, outrossim, afigura-se bastante apropriada a seguinte lição de Nelson Nery Júnior, para quem:

“O ônus da prova é regra de juízo, isto é, de julgamento, cabendo ao juiz, quando da prolação da sentença, proferir julgamento contrário àquele que tinha o ônus da prova e dele não se desincumbiu .”¹

Quanto ao pedido de chamamento ao processo do Sr. Agamenon Balduino da Nóbrega, gestor da Edilidade no mandato anterior, entendo que não assiste razão, especialmente porque a obrigação em pagar os salários dos seus servidores pertence ao Município e não ao seu prefeito

¹ Código de Processo Comentado. Nery Jr., Nelson; Nery, Rosa Maria de Andrade. 6ª ed. pág. 696

constitucional. Sendo assim, qualquer valor que não tenha sido quitado durante a gestão anterior permanece sendo devido pelo ente público municipal, considerando que a sua responsabilidade não pode ser afastada pela simples mudança de gestão.

Importante destacar julgado do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL -
SERVIDOR PÚBLICO - **VERBAS
REMUNERATÓRIAS EM ATRASO - MUDANÇA DE
GESTÃO** - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL -
LIMITES ORÇAMENTÁRIOS - INAPLICABILIDADE.

1. Não ocorre ofensa ao art. 535, II, do CPC, se o Tribunal de origem decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide. 2. É legítimo o julgamento monocrático da apelação e da remessa oficial, com base no art. 557 do CPC, quando constatada, de plano, a improcedência da pretensão recursal. Reapreciadas as questões em sede de agravo regimental, resta superada a alegada violação do dispositivo em comento. 3. A remuneração para quem trabalha é uma garantia social prevista na Constituição Federal, regra que só pode ser afastada em hipóteses excepcionalíssimas, dentre as quais, não se inclui a falta de previsão orçamentária. **4. É responsabilidade da Administração o pagamento da verba remuneratória dos servidores públicos, independentemente da mudança de gestão.** 5. A Lei Complementar n. 101/2000 (LRF), no seu art. 19, § 1º, IV, excetua, dos limites ali estipulados, as despesa decorrentes de decisão judicial. 6. Recurso Especial não provido. (REsp 1197991/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA,

julgado em 17/08/2010, DJe 26/08/2010)

Em razão das considerações tecidas acima, com fulcro no art. 557, *caput*, CPC, **NEGO SEGUIMENTO** à Remessa Necessária, mantendo a sentença em todos os seus termos.

É o voto.

Publique-se. Intime-se.

Cumpra-se.

João Pessoa, ____ de setembro de 2014.

Desembargador LEANDRO DOS SANTOS

Relator